

MANOEL GONÇALVES
FERREIRA FILHO

CURSO
DE **DIREITO**
CONSTITUCIONAL

42^a
edição revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 09.02.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

F441c
Ferreira Filho, Manoel Gonçalves

Curso de direito constitucional / Manoel Gonçalves Ferreira Filho. – 42. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-457-5

1. Direito constitucional – Brasil. I. Título.

22-75932

CDU: 342(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

PARTE I – A CONSTITUIÇÃO	1
1. Plano desta Parte	1
Capítulo 1 – O Constitucionalismo.....	3
1. A Ideia de Constituição	3
2. Antecedentes	3
3. Pactos, Forais e Cartas de Franquia	3
4. Contratos de Colonização	4
5. As Leis Fundamentais do Reino	4
6. As Doutrinas do Pacto Social.....	5
7. O Pensamento Iluminista	5
8. Noção Polêmica de Constituição.....	6
9. O Constitucionalismo	6
10. A Racionalização do Poder	7
11. Valor da Racionalização.....	7
Capítulo 2 – Conceito de Constituição.....	9
1. Conceito Genérico de Constituição	9
2. Constituição Total	9
3. Conceito Jurídico.....	9
4. Regras Materialmente Constitucionais.....	9
5. Regras Formalmente Constitucionais.....	10
6. Regras Constitucionais quanto à Aplicabilidade.....	10
7. Constituição Material e Constituição Formal.....	11
8. Constituição Escrita e Constituição Não Escrita.....	11
9. Constituição Dogmática e Constituição Histórica.....	11
10. Constituição Rígida, Flexível e Semirrígida.....	11
11. Constituição-Garantia, Constituição-Balanço, Constituição- -Dirigente	12

Capítulo 3 – Conceito de Direito Constitucional	13
1. Direito Constitucional como Ciência	13
2. Direito Constitucional Particular ou Positivo	13
3. Direito Constitucional Comparado	13
4. Direito Constitucional Geral.....	13
5. Direito Constitucional Material e Formal	14
6. O Direito Constitucional e os Demais Ramos do Direito Público	14
7. O Direito Constitucional e os Demais Ramos do Direito Privado.....	15
8. Relações do Direito Constitucional com Disciplinas de Cunho Não Jurídico.....	15
Capítulo 4 – O Poder Constituinte	17
1. A Constituição, Lei Suprema	17
2. Origem da Ideia de Poder Constituinte.....	17
3. O Poder Constituinte e seu Fundamento Lógico	18
4. Poder Constituinte: Originário e Derivado	18
5. A Natureza do Poder Constituinte	18
6. Titularidade: <i>Consensus</i> e Legitimidade.....	19
7. O Agente do Poder Constituinte	20
8. O Veículo do Poder Constituinte	20
9. O Direito de Revolução	21
10. Caracteres do Poder Constituinte Originário.....	21
11. Formas de Expressão do Poder Constituinte Originário	22
12. O Poder Constituinte Derivado: Caracteres	22
13. Espécies de Poder Constituinte Derivado	23
14. A Limitação do Poder de Revisão	23
15. Limitações Temporais, Circunstanciais e Materiais.....	24
16. Formas de Expressão do Poder de Revisão.....	24
17. O Estabelecimento da Constituição de 1988	25
18. A Incorporação de Tratados à Constituição	26
Capítulo 5 – O Controle de Constitucionalidade	27
1. O Critério Real da Distinção entre Rigidez e Flexibilidade Constitucionais.....	27
2. Origem Americana do Controle.....	27

3.	Conceito de Controle de Constitucionalidade	27
4.	Aplicabilidade e Omissão no Cumprimento da Norma Constitucional...	28
5.	A Natureza do Ato Inconstitucional	28
6.	Formas de Controle: Preventivo ou Repressivo.....	29
7.	Formas de Controle: Judiciário ou Político.....	29
8.	Controle Judiciário Difuso e Concentrado	30
9.	Controle Judiciário Principal e Incidental	31
10.	Controle Concreto e Controle Abstrato	31
11.	Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade	31
12.	Natureza da Decisão de Inconstitucionalidade	32
13.	O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro	32
14.	O Controle Judiciário de Constitucionalidade no Brasil	32
15.	Quórum da Declaração de Inconstitucionalidade	33
16.	Ação Direta de Inconstitucionalidade	33
17.	Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental....	33
18.	A Modulação dos Efeitos do Reconhecimento da Inconstitucionalidade.....	34
19.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	34
20.	A Suspensão da Eficácia por Ato do Senado	35
21.	Desnecessidade da Suspensão no Caso de Ação Direta.....	35
22.	A Suspensão da Eficácia por Ato do Presidente da República	35
23.	A Ação de Inconstitucionalidade por Omissão.....	35
24.	O Caso Específico da Omissão Legislativa.....	36
25.	Recurso Extraordinário	37
26.	Súmula Vinculante	37
PARTE II – A FORMA DO ESTADO		39
1.	Plano desta Parte	39
Capítulo 6 – O Estado e seus Tipos		41
1.	Conceito e Elementos do Estado	41
2.	A Soberania	42
3.	A Contraposição entre Soberania e Autonomia.....	42
4.	A Finalidade do Estado.....	43
5.	O Estado-Garantia.....	43
6.	O Estado-Providência ou Estado Social	43

7.	O Estado de Bem-Estar.....	44
8.	O Bem Comum.....	44
9.	A Ordem Internacional	44
10.	Centralização e Descentralização.....	45
11.	Tipos de Estado: Estado Unitário.....	45
12.	Estado Unitário Descentralizado.....	46
13.	Estado Constitucionalmente Descentralizado.....	46
14.	O Estado Federal	46
15.	A Formação do Estado Federal.....	47
16.	Tipos de Federalismo	47
17.	A Repartição de Competências no Estado Federal.....	48
18.	A Repartição de Rendas no Estado Federal	48
19.	Natureza dos Componentes do Estado Federal.....	49
20.	O Federalismo de Segundo Grau	49

Capítulo 7 – O Estado Brasileiro 51

1.	Origem e Evolução do Federalismo no Brasil.....	51
2.	A Tríplice Estrutura do Estado Brasileiro	52
3.	Aspectos Unitários e Societários	52
4.	A Repartição de Competências	53
5.	A Repartição de Competência Legislativa.....	53
6.	A Repartição de Competência Administrativa.....	54
7.	A Divisão de Rendas	54
8.	As Quotas de Participação.....	56
9.	A Intervenção Federal.....	57
10.	A Decretação da Intervenção.....	57
11.	A Manifestação do Congresso	58

Capítulo 8 – Os Entes da Federação Brasileira 59

1.	Os Estados-Membros.....	59
2.	Os Territórios	60
3.	O Distrito Federal.....	61
4.	O Município	62
5.	As Regiões Metropolitanas.....	63
6.	Das Regiões de Desenvolvimento	64
7.	A Reordenação do Estado Brasileiro	64

PARTE III – A FORMA DO GOVERNO	67
1. Plano desta Parte	67
Capítulo 9 – Formas, Sistemas e Regimes Políticos	69
1. Formas, Sistemas e Regimes Políticos.....	69
2. A Tipologia das Formas de Governo	69
3. A Tipologia Aristotélica.....	70
4. A Tipologia da Democracia	70
5. A Democracia Direta	70
6. O Exemplo Ateniense.....	70
7. A Democracia Indireta	72
8. A Distinção entre Monarquia e República	72
9. Uma Tipologia Contemporânea.....	72
<i>Seção 1ª – A Democracia Moderna.....</i>	<i>75</i>
1. Considerações Gerais.....	75
2. As Raízes da Democracia Moderna	75
Capítulo 10 – A Democracia Representativa.....	77
1. O Governo Representativo.....	77
2. A Representação Política	77
3. O Mandato Representativo.....	78
4. A Seleção Eleitoral.....	79
5. O Partido Político	79
6. A Democratização do Governo Representativo	80
7. O Direcionamento Social do Estado.....	81
8. A Democratização da Democracia	82
9. A Democracia pelos Partidos.....	82
10. A Democracia Semidireta	83
11. O Sistema Democrático na Constituição Brasileira.....	83
Capítulo 11 – A Poliarquia.....	85
1. Uma Visão Realista.....	85
2. A Visão Realista da Democracia.....	85
3. A Visão Realista do Modelo Democrático Representativo	86
4. O Cidadão Quer Governar-se?	86
5. A Democracia como um Arranjo Institucional	86
6. Elementos Substantivos da Poliarquia	87

7.	A Influência do Sistema Eleitoral	87
8.	A Realidade da Própria Poliarquia	89
9.	A Qualidade da Poliarquia	89
10.	Condições Favoráveis e Desfavoráveis à Poliarquia	89
11.	O Condicionante Socioeconômico	90
12.	O Fator Cultural.....	90
13.	O “Princípio” da Democracia	91
14.	Fatores Negativos.....	91
15.	A Descrença na Poliarquia	91
<i>Seção 2ª – O Povo na Democracia.....</i>		93
1.	Quem é o Povo?	93
Capítulo 12 – O Povo-Nação – A Nacionalidade		95
1.	A Nacionalidade	95
2.	O Brasileiro Nato e o Naturalizado	95
3.	O Estrangeiro no Brasil.....	96
4.	A Aquisição da Nacionalidade.....	96
5.	Modos de Aquisição no Direito Brasileiro	97
6.	Perda da Nacionalidade	97
7.	Reserva em Favor dos Brasileiros Natos.....	98
8.	A Extradicação de Brasileiro.....	98
Capítulo 13 – O Povo-Cidadão – A Cidadania		99
1.	A Cidadania.....	99
2.	A Cidadania Ativa no Direito Brasileiro	99
3.	Aquisição e Perda dos Direitos Políticos	100
4.	Suspensão e Recuperação dos Direitos Políticos.....	100
5.	Elegibilidade.....	101
6.	Inelegibilidade.....	101
7.	Irreelegibilidade.....	102
8.	Incoerência	102
9.	A Inelegibilidade na Constituição de 1988	102
10.	Inelegibilidades Enunciadas no Texto Constitucional.....	102
11.	Inelegibilidades Possibilitadas pelo Texto Constitucional	103
12.	Inelegibilidades que Visam a Prevenir Abusos.....	103

13.	Inelegibilidades que Visam a Salvaguardar a Moralidade e a Probidade Administrativa.....	104
14.	A Situação do Militar	104
15.	A Impugnação de Mandato Eletivo.....	104
Capítulo 14 – Os Partidos Políticos.....		105
1.	A Previsão de um Estatuto Partidário	105
2.	A Proscrição dos Partidos Antidemocráticos.....	106
3.	O Controle Oligárquico dos Partidos	106
4.	O Financiamento do Partido	107
5.	Pluripartidarismo e Multipartidarismo.....	107
6.	O Estatuto dos Partidos na Constituição de 1967.....	108
7.	O Estatuto de 1988	109
8.	Vícios do Sistema Partidário Brasileiro	110
9.	A Emenda Constitucional nº 97/2017	111
PARTE IV – A ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL		113
1.	Plano desta Parte	113
Capítulo 15 – A Separação dos Poderes		115
1.	A Concentração e seus Inconvenientes	115
2.	A Limitação do Poder	115
3.	Critérios de Divisão do Poder.....	116
4.	A “Separação dos Poderes”. Sua Origem.....	116
5.	A Classificação das Funções do Estado	116
6.	Crítica à Classificação Tradicional das Funções do Estado	117
7.	A Interpenetração dos “Poderes”	117
8.	O Valor da Separação dos Poderes.....	118
9.	A Evolução da Separação dos Poderes.....	118
10.	O Ensino de Loewenstein.....	119
11.	A “Separação dos Poderes” como Critério de Classificação dos Sistemas de Governo	119
Seção 1ª – Os Sistemas de Governo		121
1.	Considerações Gerais.....	121
2.	Observações sobre a Concentração de Poderes	121
3.	Plano da Seção	122

Capítulo 16 – O Presidencialismo	123
1. Origem	123
2. Características Fundamentais Jurídicas.....	123
3. Características Políticas	124
4. Presidencialismo e Multiplicidade Partidária.....	125
5. A Exacerbação Personalista no Presidencialismo Brasileiro	125
6. O Quadro Atual	126
Capítulo 17 – O Parlamentarismo.....	127
1. Origem	127
2. O Parlamentarismo Dualista e Monista	128
3. A Crise do Parlamentarismo e a Racionalização do Poder.....	128
4. O Parlamentarismo e suas Condições	129
5. Caracteres Jurídicos do Parlamentarismo	130
6. Traços Políticos	130
Capítulo 18 – O Sistema Misto.....	131
1. Um Novo Sistema?	131
2. A Inspiração do Modelo	131
3. O Cerne do Modelo.....	132
4. Os Poderes do Chefe de Estado	132
5. Os Poderes do Governo	133
6. O Papel do Parlamento	133
7. A Flexibilidade do Sistema	133
8. Semiparlamentarismo ou Semipresidencialismo?	134
Capítulo 19 – O Sistema Diretorial.....	135
1. O Exemplo Suíço	135
2. Características Jurídicas.....	135
3. Traços Políticos	136
4. Condições do Sistema Diretorial.....	136
Seção 2ª – O Poder Legislativo	137
1. Considerações Gerais.....	137

Capítulo 20 – O Poder Legislativo e suas Tarefas	139
1. Poder Legislativo e Função Legislativa	139
2. Crise Legislativa e Delegação	139
3. O Poder Financeiro	141
4. A Razão de Ser do Tribunal de Contas	141
5. As Funções do Tribunal de Contas	141
6. <i>Status</i> do Tribunal de Contas e de seus Membros.....	142
7. Composição.....	142
8. O Poder de Controle Político	142
9. Relação Entre Controle Político e Sistemas de Governo	142
10. As Comissões Parlamentares de Inquérito.....	143
11. O <i>Impeachment</i>	143
12. Origem do <i>Impeachment</i> : Grã-Bretanha	144
13. Evolução do <i>Impeachment</i> : Estados Unidos.....	144
14. O <i>Impeachment</i> no Direito Brasileiro	145
15. Natureza do Instituto	145
16. O Procedimento.....	146
17. O Processo dos Crimes Comuns	147
18. Apreciação sobre o <i>Impeachment</i>	147
 Capítulo 21 – Organização e Garantias do Legislativo	 149
1. A Organização do Legislativo	149
2. O Unicameralismo	149
3. O Bicameralismo	149
4. O Bicameralismo na História Constitucional Brasileira	150
5. As Sessões Conjuntas do Congresso Nacional	151
6. A Organização do Legislativo no Brasil: Direção Autônoma.....	151
7. A Auto-Organização e seus Limites	151
8. As Comissões	152
9. Condições de Elegibilidade	152
10. O Senado na Federação	153
11. Funções do Senado.....	153
12. Composição.....	154
13. A Câmara dos Deputados: Missão Constitucional	154

14.	Composição.....	154
15.	Crítica.....	154
16.	O Modo de Eleição dos Deputados.....	155
17.	Funções Privativas da Câmara dos Deputados.....	155
18.	Garantias da Independência do Legislativo	155
19.	A Remuneração	156
20.	As Imunidades	156
21.	Proibições	157
22.	Impedimentos	157
23.	Incompatibilidades.....	158
24.	Zona Cinzenta.....	158
25.	Perda do Mandato	158
26.	Decoro Parlamentar	159
27.	A Perda do Mandato por Infidelidade Partidária	159

Capítulo 22 – A Elaboração da Lei 161

1.	Considerações Gerais.....	161
2.	Evolução do Direito Brasileiro.....	161
3.	Conceituação de Processo Legislativo	162
4.	Emendas à Constituição	163
5.	As Limitações ao Poder Constituinte Derivado	164
6.	A Lei Ordinária.....	165
7.	Objeto da Lei.....	166
8.	A Lei Ordinária como Ato Complexo	166
9.	A Iniciativa	167
10.	Iniciativa Geral, Reservada e Vinculada.....	167
11.	Iniciativa Popular.....	168
12.	Emenda a Projetos de Lei	168
13.	Deliberação.....	169
14.	A Instrução do Projeto.....	169
15.	Exame em Procedimento Normal.....	170
16.	Exame em Procedimento Abreviado	170
17.	Sanção: Modalidades.....	171
18.	Sanção e Defeito de Iniciativa	171
19.	O Veto	172

20.	Natureza do Veto	173
21.	Formalização do Veto	174
22.	Apreciação do Veto.....	175
23.	Promulgação.....	176
24.	Publicação.....	176
25.	Lei Delegada.....	177
26.	Natureza da Lei Delegada.....	178
27.	Matéria Vedada à Delegação	178
28.	Modo de Autorização da Delegação	179
29.	Delegação ao Presidente da República	179
30.	Medidas Provisórias	181
31.	Lei Complementar.....	183
32.	Decreto Legislativo	186
33.	Resolução.....	187
34.	O Plebiscito no Processo Legislativo.....	187
35.	O Referendo no Processo Legislativo	188
<i>Seção 3ª – O Poder Executivo</i>		189
1.	Considerações Gerais.....	189
Capítulo 23 – O Poder Executivo e sua Missão		191
1.	O Executivo na “Separação dos Poderes”	191
2.	A Dupla Missão do Executivo na Doutrina Clássica.....	191
3.	O Novo Caráter do Executivo e suas Causas	191
4.	O Poder Governamental.....	192
5.	A Representação do Estado.....	192
Capítulo 24 – A Estruturação do Governo		193
1.	O Executivo: Governo mais Administração	193
2.	As Figuras Básicas do Governo	193
3.	A Chefia do Estado.....	193
4.	A Chefia do Governo.....	194
5.	Os Ministros.....	194
6.	As Formas Típicas de Governo.....	195
7.	A Forma Monocrática.....	195

8.	A Forma Dualista	195
9.	A Forma Colegiada	195
10.	A Estrutura do Executivo no Brasil.....	195
11.	Os Poderes do Presidente da República	196
12.	A Eleição do Presidente da República	196
13.	Reeleição do Presidente da República	197
14.	O Mandato Presidencial	197
15.	Requisitos para a Presidência.....	197
16.	Vacância da Presidência.....	197
17.	Impedimentos do Presidente	198
18.	A Sucessão e a Substituição do Presidente	198
19.	A Vice-Presidência	198
20.	Os Requisitos para o Ministério	199
21.	Funções do Ministro	199
22.	Órgãos de Apoio ao Presidente da República.....	199
23.	Conselho da República	199
24.	Conselho de Defesa Nacional	200

Capítulo 25 – A Administração Civil..... 201

1.	Conceito.....	201
2.	Carreira ou Derrubada?.....	201
3.	Burocracia.....	202
4.	Tecnocracia.....	202
5.	O Estatuto do Servidor Público	203
6.	A Carreira.....	203
7.	Estabilidade e Vitaliciedade	203
8.	A Aposentadoria.....	204
9.	A Responsabilidade por Danos	205
10.	Princípios Administrativos	205

Capítulo 26 – As Forças Armadas..... 207

1.	Conceituação.....	207
2.	A Finalidade Constitucional das Forças Armadas.....	207
3.	A Posição Constitucional das Forças Armadas	208
4.	A Tentação Militar.....	208

5.	Hierarquia Militar	209
6.	O Princípio da Nação em Armas.....	209
7.	Garantias do Militar	209
8.	O Militar em Cargos Cíveis.....	209
9.	As Forças Policiais Estaduais e Distritais.....	210
<i>Seção 4ª – O Poder Judiciário</i>		211
1.	Considerações Gerais.....	211
Capítulo 27 – O Poder Judiciário: sua Função e Garantias		213
1.	A Natureza da “Função Jurisdicional”	213
2.	Ampliação do Controle Judicial	214
3.	A Independência do Judiciário	214
4.	As Condições e os Efeitos da Decisão Judicial	215
5.	A Matéria Sujeita ao Judiciário	215
6.	As Garantias do Judiciário.....	216
7.	A Independência dos Tribunais.....	216
8.	O Estatuto dos Magistrados — Ingresso e Promoção na Carreira...	216
9.	Garantias dos Magistrados: as da sua Independência	217
10.	As da sua Imparcialidade.....	218
11.	Algumas Normas da Emenda nº 45/2004	218
Capítulo 28 – A Organização da Justiça Brasileira		221
1.	A Complexidade da Organização Judiciária Brasileira	221
2.	A Justiça Federal e a Justiça Estadual.....	221
3.	A Justiça Comum e a Justiça Especializada.....	221
4.	Justiça Especial e Justiça de Exceção	222
5.	Divisão da Justiça Federal.....	222
6.	Justiça Federal Comum: Competência	222
7.	Justiça Federal: Órgãos	223
8.	Justiça Federal: os Juízos Singulares.....	223
9.	Justiça Federal: os Tribunais Regionais Federais	224
10.	Justiça Militar: Competência	224
11.	Justiça Militar: Órgãos	224
12.	As Garantias dos Juizes Militares	225
13.	A Justiça Eleitoral: Origem.....	225

14.	Competência	225
15.	Órgãos em Geral.....	225
16.	Juizes Eleitorais	225
17.	Juntas Eleitorais	225
18.	Tribunais Regionais: Composição.....	226
19.	Competência dos Tribunais Regionais	226
20.	Tribunal Superior Eleitoral: Competência	226
21.	Composição do Tribunal Superior Eleitoral.....	226
22.	Justiça do Trabalho: Observações Gerais	226
23.	Competência da Justiça do Trabalho	227
24.	Órgãos da Justiça do Trabalho.....	227
25.	Justiça Estadual	228

Capítulo 29 – A Cúpula do Poder Judiciário 229

1.	A Cúpula do Poder Judiciário.....	229
2.	O Supremo Tribunal Federal.....	229
2.1.	Composição	229
2.2.	Função essencial.....	230
2.3.	O efeito vinculante	230
2.4.	As súmulas	231
2.5.	Restrição dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade	231
2.6.	Outras competências.....	231
2.7.	O novo papel político do Supremo Tribunal Federal	232
3.	O Conselho Nacional de Justiça	232
3.1.	Nota histórica.....	232
3.2.	Composição	233
3.3.	Função essencial.....	233
4.	Superior Tribunal de Justiça.....	234
4.1.	Nota histórica.....	234
4.2.	Composição	234
4.3.	Competências	234

Capítulo 30 – Funções Essenciais à Justiça 237

1.	Considerações Gerais.....	237
----	---------------------------	-----

2.	O Ministério Público: Natureza.....	237
3.	A Defesa da Lei.....	237
3.1.	O Conselho Nacional do Ministério Público	238
4.	Ministério Público da União.....	239
5.	Ministério Público dos Estados	239
6.	Advocacia-Geral da União	239
7.	A Advocacia	240
8.	Defensoria Pública	240
PARTE V – A LIMITAÇÃO DO PODER		243
1.	A Limitação do Poder	243
2.	Plano desta Parte	244
Capítulo 31 – Os Princípios do Estado de Direito		245
1.	Considerações Gerais.....	245
2.	O Princípio de Legalidade.....	245
3.	A Legalidade nas Constituições Brasileiras.....	245
4.	O Princípio da Liberdade	245
5.	Os Atos com Força de Lei.....	246
6.	A Hierarquia dos Atos Normativos.....	246
7.	O Princípio da Igualdade.....	246
8.	Igualdade de Direito e Igualdade de Fato.....	246
9.	A Admissão das Desigualações.....	247
10.	Igualdade como Limitação ao Legislador e como Regra de Interpretação.....	247
11.	A Igualdade nas Constituições Brasileiras	247
12.	O Retrocesso da Igualdade.....	248
13.	O Princípio da Judicialidade	248
14.	Devido Processo Legal	249
Capítulo 32 – A Doutrina dos Direitos Fundamentais e sua Evolução.....		251
1.	Considerações Gerais.....	251
2.	Traços Gerais das Primeiras Declarações de Direitos.....	251
3.	Causas: os Abusos do Absolutismo	252
4.	Causas: a Base Filosófico-Religiosa.....	252
5.	Causas: o Contexto Econômico	253
6.	O Individualismo e sua Evolução	253

7.	Os Direitos Econômicos e Sociais	253
8.	Causas de Evolução: a Crítica às Declarações Individualistas	253
9.	Causas de Evolução: a “Questão Social”	254
10.	Causas de Evolução: a Extensão do Sufrágio	254
11.	A Substância dos Direitos Econômicos e Sociais	254
12.	As Manifestações da Nova Concepção	255
13.	A Nova Concepção nas Constituições Brasileiras.....	255
14.	Declarações de Direitos e Declarações de Direitos e Garantias	255
15.	A Terceira Geração dos Direitos.....	256

Capítulo 33 – Os Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira 257

1.	Observações Gerais	257
2.	Direitos Explícitos e Implícitos.....	257
3.	Direitos Advenientes de Tratados.....	258
4.	“Inabolibilidade” dos Direitos Fundamentais.....	259
5.	Os Direitos-Limites	260
6.	A Liberdade de Locomoção	261
7.	A Liberdade de Pensamento: a Liberdade de Consciência	261
8.	A Liberdade de Expressão ou Manifestação do Pensamento	262
9.	A Liberdade dos Espetáculos e Diversões	263
10.	A Liberdade de Ensino.....	263
11.	A Liberdade de Reunião	264
12.	A Liberdade de Associação	264
13.	A Liberdade de Profissão e de Trabalho	265
14.	A Liberdade de Ação	265
15.	A Liberdade Sindical	265
16.	O Direito de Greve	265
17.	Os Direitos Relativos à Segurança: o Respeito aos Direitos Adquiridos.....	266
18.	O Respeito à Liberdade Pessoal	267
19.	A Inviolabilidade da Intimidade.....	267
20.	A Inviolabilidade do Domicílio	267
21.	A Segurança em Matéria Penal.....	267
22.	Os Direitos Concernentes à Propriedade: Considerações Gerais....	268
23.	O Direito de Propriedade	268

24.	A Desapropriação e a Indenização.....	269
25.	Confisco Punitivo	270
26.	Os Fundamentos da Desapropriação.....	270
27.	As Exceções à Indenização Prévia: a Requisição.....	271
28.	Os Direitos do Inventor	272
29.	A Propriedade das Marcas de Indústria e Comércio.....	272
30.	Os Direitos de Autor	273
31.	Direito à Herança	273
32.	Aplicabilidade Imediata das Normas Definidoras de Direitos.....	273
33.	Direitos Sociais	274
34.	Direitos do Trabalhador	275
35.	Direitos de Solidariedade	275
Capítulo 34 – Os Remédios de Direito Constitucional		277
1.	Considerações Gerais.....	277
2.	O <i>Habeas Corpus</i> no Direito Inglês.....	277
3.	Na História Constitucional Brasileira.....	278
4.	Na Constituição de 1988.....	278
5.	Exclusão do <i>Habeas Corpus</i> no Tocante a Transgressões Disciplinares.....	279
6.	O Mandado de Segurança: Origem.....	279
7.	Objeto e Fundamento	280
8.	Mandado de Segurança Coletivo.....	281
9.	O Direito de Petição	281
10.	Mandado de Injunção	281
11.	A Polêmica sobre o seu Alcance	282
12.	A Solução da Lei Regulamentadora	283
13.	Competência Processual.....	283
14.	A Ação Popular: Objeto	283
15.	Fontes	283
16.	A Interpretação do Art. 5º, LXXIII	284
17.	A Extensão da Ação Popular.....	284
18.	A <i>Causa Petendi</i>	285
19.	A Natureza da Ação.....	286
20.	Ação Civil Pública	286
21.	<i>Habeas Data</i>	287

Capítulo 35 – Os Sistemas de Emergência	289
1. Considerações Gerais.....	289
2. Os Sistemas Principais de Defesa da Ordem Constitucional	289
3. A Ditadura Romana	289
4. A Suspensão da Constituição.....	290
5. A Lei Marcial.....	290
6. A Suspensão do <i>Habeas Corpus</i>	291
7. O Estado de Sítio: Origem.....	292
8. No Direito Brasileiro	292
9. Análise do Conceito	293
10. Limitação no Tempo e no Espaço	294
11. Os Fundamentos Fáticos do Estado de Sítio.....	294
12. A Decretação do Sítio	295
13. A Prorrogação do Sítio.....	295
14. A Execução do Sítio e a Responsabilidade dos Seus Executores.....	295
15. A Fiscalização Judiciária.....	296
16. O Controle Político do Sítio	296
17. Modalidades do Sítio.....	296
18. As Imunidades Parlamentares	297
19. A Questão das Eleições Durante o Estado de Sítio	297
20. Proibições Durante o Estado de Sítio e de Defesa.....	297
21. O Estado de Defesa	298
22. O Quadro Contemporâneo	299
 PARTE VI – A ORDEM ECONÔMICA	 301
1. Plano desta Parte	301
 Capítulo 36 – A Constituição Econômica.....	 303
1. O “Econômico” nas Constituições Liberais	303
2. Nas Constituições Sociais.....	304
3. Nas Constituições Socialistas.....	304
4. A Constituição “Econômica”	304
5. Objeto.....	305
6. Constituição Econômica Formal.....	305
7. Constituição Econômica Material.....	306
8. Elementos Essenciais da Constituição Econômica Material.....	306

9.	Tipos de Organização Econômica: Economia Descentralizada	306
10.	Economia Centralizada	307
11.	Economia Mista	307
12.	A Iniciativa Econômica.....	308
13.	O Regime dos Fatores de Produção	308
14.	A Finalidade da Organização Econômica	308
Capítulo 37 – Bases e Valores da Ordem Econômica Brasileira.....		311
1.	Considerações Gerais.....	311
2.	Os Princípios do Ordenamento Constitucional Econômico e sua Inspiração	311
3.	A Justiça Social.....	311
4.	O Desenvolvimento Econômico.....	312
5.	A Liberdade de Iniciativa	312
6.	A Valorização do Trabalho Humano	313
7.	A Função Social da Propriedade	313
8.	A Expansão das Oportunidades de Emprego Produtivo	314
9.	Soberania Nacional	314
10.	Defesa do Consumidor	314
11.	Defesa do Meio Ambiente	314
12.	Favorecimento às Empresas Nacionais de Pequeno Porte	314
Capítulo 38 – A Atuação do Estado no Domínio Econômico.....		315
1.	Orientação Básica: Neoliberal.....	315
2.	A Doutrina Social da Igreja.....	315
3.	A Socialista-Democrática.....	315
4.	A Marxista	316
5.	A Corrente Estatista	316
6.	O Econômico na Constituição Vigente	316
7.	Iniciativa Privada <i>Versus</i> Iniciativa Estatal.....	317
8.	Igualdade na Competição.....	317
9.	Empresa Brasileira de Capital Nacional e de Capital Estrangeiro....	317
PARTE VII – A ORDEM SOCIAL		319
1.	Plano desta Parte	319

Capítulo 39 – A Ordem Social na Constituição Vigente.....	321
1. Base da Ordem Social	321
2. Seguridade Social.....	321
3. Saúde	321
4. Previdência Social.....	321
5. Assistência Social.....	322
6. Educação.....	322
7. Cultura	322
8. Desporto	322
9. Ciência e Tecnologia	323
10. Comunicação Social.....	323
11. Meio Ambiente	323
12. Família.....	323
13. Criança, Adolescente, Jovem e Idoso	324
14. Índios.....	324
 PARTE VIII – A EFETIVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	 327
1. Plano desta Parte	327
 Capítulo 40 – A Interpretação da Constituição	 329
1. Linguagem e Direito.....	329
2. A Interpretação	329
3. Objeções da Doutrina “Realista”	330
4. Os Métodos de Interpretação.....	331
5. A Interpretação Autêntica	331
6. A Interpretação Jurisprudencial	331
7. <i>Stare Decisis</i> , Súmula e Efeito Vinculante.....	332
8. As Fórmulas de Experiência.....	333
9. A Interpretação Constitucional	333
10. A Lição dos Antigos	333
11. A Lição de Maximiliano	334
12. A Lição de Canotilho	334
 Capítulo 41 – A Aplicabilidade das Normas Constitucionais.....	 335
1. Os Diferentes Ângulos	335
2. A Forma: Normas Escritas e Normas Não Escritas	335

3.	A Completude.....	336
4.	A Aplicabilidade das Normas Constitucionais.....	336
5.	As Normas Exequíveis por Si Sós.....	336
6.	As Normas Não Autoexecutáveis ou Não Exequíveis por Si Sós	337
7.	A Doutrina de José Afonso da Silva	337
8.	Princípios e Regras Constitucionais.....	338
Capítulo 42 – Os Princípios Constitucionais e sua Aplicação		339
1.	Constituição e Princípios.....	339
2.	Espécies de Princípios Constitucionais: os Princípios Inferidos.....	339
3.	Espécies de Princípios Constitucionais: os Princípios Prescritivos....	340
4.	Princípios e Regras: a Distinção Clássica	340
5.	Princípios e Regras: a Doutrina Substancialista	340
6.	A Aplicação dos Princípios	341
7.	A Densificação dos Princípios: Competência do Legislador.....	341
8.	A Aplicação Direta dos Princípios	341
9.	Aplicação <i>Contra Legem</i>	342
10.	A Colisão entre Princípios.....	342
11.	Os Direitos Fundamentais como Princípios	342
PARTE IX – QUESTÕES CONTROVERSAS.....		345
1.	Plano desta Parte	345
Capítulo 43 – Alterações e Mudanças da Constituição Brasileira de 1988		347
1.	A Distinção entre Alteração e Mudança.....	347
2.	Mudanças Informais na Constituição de 1988.....	347
3.	O Fenômeno da Mudança Informal da Constituição.....	348
4.	Os Fatores de Mudança Informal.....	348
5.	A Identificação de Normas Não Escritas.....	349
6.	O Papel do Judiciário e dos Demais Poderes na Mudança Informal	350
7.	A Mutação Constitucional	350
8.	O Supremo Tribunal Federal e as Mudanças Informais na Constituição Brasileira	351
9.	Alguns Exemplos: a Reedição de Medidas Provisórias	351
10.	A Fixação do Número de Vereadores	352

11.	A Vinculação do Eleito ao Partido	353
12.	O Reconhecimento das Uniões Homossexuais como Entidade Familiar	354
13.	O Suprimento de Omissão Legislativa.....	355
14.	A Edição de Normas Gerais	356
15.	As Súmulas Vinculantes	356
16.	A Modulação dos Efeitos do Reconhecimento da Inconstitucionalidade	356
17.	O Debate em Torno da Mutação da Constituição.....	357
18.	Mudança ou Mutação?.....	358
19.	Implicação das Mudanças em Relação à Doutrina do Poder Constituinte	358
20.	Um Poder Constituído Constituinte.....	359
21.	Um Aspecto Não Previsto do Controle de Constitucionalidade.....	359
22.	A Questão da Legitimidade Democrática	359
Capítulo 44 – O Ativismo na Justiça Constitucional.....		361
1.	Uma Síntese do Problema	361
2.	A Judicialização da Política	361
3.	O Ativismo Judicial	362
4.	A Fundamentação Doutrinária do Ativismo	363
5.	A Negação do Constitucionalismo e do Estado de Direito.....	365
6.	A Negação da Democracia e Particularmente da Democracia Representativa.....	366
7.	O Papel Legítimo da Justiça Constitucional	367
Bibliografia.....		369